



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP**

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/estudosletras/article/view/5192>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2020 by UEMS. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Notas sobre interlíngua

Notes on interlanguage

Sírio Possenti¹

Resumo: Dentre os diversos conceitos “novos” propostos por Maingueneau está o de interlíngua. Inicialmente associado ao discurso literário, campo em que o fenômeno é mais significativo, mais tarde foi explorado em outros discursos institucionais, como o da ONU. O conceito pretende dar conta de diversos fatos, entre os quais o mais geral é que um escritor (ou uma Instituição) não enuncia simplesmente em uma língua, nacional ou não, mas, conforme a escola ou mesmo uma “escolha” pessoal, produz uma obra cujo registro é peculiar. Os casos mais interessantes são os dos escritores que constroem uma língua, como Joyce e Guimarães Rosa, seguidos daqueles em que a linguagem é uma “mistura” complexa de variedades, e seguidos de fenômenos como a “escolha” de uma variedade nacional. A partir deste conceito, ensaia-se uma análise da poesia de Manoel de Barros.

Palavras-chave: interlíngua; campos discursivos; estilo.

Abstract: Among the various "new" concepts proposed by Maingueneau is that of interlanguage. Initially associated with literary discourse, a field in which the phenomenon is more significant, it was later explored in other institutional discourses, such as that of the UN. The concept intends to account for several facts, among which the most general is that a writer (or an Institution) does not simply enunciate in a language, national or otherwise, but, depending on the school or even a personal "choice", produces a work whose register is peculiar. The most interesting cases are those of writers who construct a language, such as Joyce and Guimarães Rosa, followed by those in which the language is a complex "mixture" of varieties, and followed by phenomena such as the "choice" of a national variety. An analysis of Manoel de Barros' poetry is proposed.

Keywords: interlanguage; discursive fields; style.

Introdução

Para os sociolinguistas, ou para qualquer pessoa sensível à variação linguística, o fato de que cada enunciado mantém com a língua, que é um conjunto de variedades, uma relação complexa em todos os níveis - sotaques, léxico, gramática, incluindo opções sintáticas que implicam tom, ritmo, frases longas ou curtas, com

¹ Professor titular no Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenador do Centro de Pesquisa FEsTA (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Contato: siriop@terra.com.br.

mais ou menos intercaladas etc. - é um dado de partida. Ainda mais porque mesmo as normas linguísticas normalmente qualificadas por um predicado (popular, culta), como se cada uma fosse uniforme, contêm de fato uma série de diferenças, maiores ou menores, qualquer que seja o conjunto de textos construídos segundo normas dessa variedade. Na medida em que se consegue caracterizar um certo texto ou um conjunto deles - associados a um autor ou a uma instituição ou a um grupo de pessoas... - pode-se falar de registro, em uma acepção bem próxima do sentido que este conceito tem em sociolinguística.

Assim sendo, o conceito de interlíngua pode tornar-se quase evidente: é um ovo de Colombo. De fato, é ao conjunto de registros que o conceito de interlíngua se refere, com tudo o que ele implica em relação a outras variedades de uma língua e em relação a outras línguas, com a diferença de que um registro na interlíngua não se caracteriza necessariamente pelos traços - especialmente os discretos - usualmente evocados pelos sociolinguistas. Por exemplo, dois textos redigidos em “norma culta”, embora materializem diferentes registros na interlíngua, não necessariamente incluem diversos registros - popular e culto, formal e informal ... - no sentido sociolinguístico.

A interlíngua

Não é muito fácil resumir brevemente a apresentação do conceito de interlíngua feita por Maingueneau (2005), conceito que já aparece em exposição mais breve em Maingueneau (1993). São dezoito páginas densas, seja pela caracterização de diversas facetas do fenômeno, seja pelos exemplos que as ilustram. Correndo o risco ao abreviar demais, vejamos as principais passagens da obra.

Maingueneau começa com uma afirmação que tem o tom solene de uma tese: “Um autor não situa sua obra numa língua ou num gênero. Não há, por um lado, conteúdos e, de outro, uma língua já dada que permitiria transmiti-los; em vez disso, a maneira como uma obra gere a interlíngua é uma dimensão constitutiva dessa obra” (2005, p. 180). Na mesma página, desdobra essa afirmação com outra, diria que do mesmo alcance: “Uma língua não é mobilizada apenas por ser a língua materna do

escritor”. Continua afirmando que o autor é obrigado a escolher a língua na qual sua obra investe, e que ela não é, considerada em sentido corrente, sua língua - o português ou o francês, por exemplo.

Avança ainda, citando Robin, que “o trabalho de escrita consiste sempre em transformar nossa própria língua em uma língua estrangeira, em convocar outra língua na língua, língua outra, outra língua. Operamos sempre no afastamento, na não-coincidência, na clivagem” (2005, p. 180-1). E continua, exemplificando, que “não é em francês que Mallarmé pretende escrever, mas na “remuneração” de um “defeito”, de uma falta constitutiva do francês, advinda do fato de ser este último, de qualquer maneira, não mais que um idioma entre outros. Sua obra pretende se dizer num idioma estranho...” (p. 181). Maingueneau (1993) dissera que “em função do estado do campo literário e da posição que aí ocupa, o escritor negocia, através da interlíngua um *código de linguagem* que lhe é próprio. Escreve, portanto, sobre as fronteiras: não tanto *em* francês, *em* italiano, etc., quanto na junção instável de diversos espaços de linguagem” (p. 104).

Voltando à obra de 2005, vemos Maingueneau afirmando que, em vez de sua língua em termos imediatos, o escritor teria o destino de se apropriar dela mediante o trabalho criador. (...) “não fabrica *seu* estilo a partir de *sua* língua, mas antes impõe a si, quando deseja produzir literatura, uma língua e códigos coletivos apropriados a gêneros de texto determinados” (2005, p. 181).

De fato, e a relação com o conceito sociolinguístico de registro ganha peso, “o escritor não enfrenta uma língua, mas uma interação de línguas e usos” (p. 182), isto é, uma interlíngua. O que significa “as relações que entretêm, numa dada conjuntura, as variedades da mesma língua, mas também entre essa língua e outras, passadas ou contemporâneas” (p. 182).

Maingueneau diz mais (e vale a pena segui-lo): “Esta gestão da interlíngua pode ser concebida em seu aspecto de *plurilinguismo exterior*, isto é, na relação das obras com “outras” línguas, ou em seu aspecto de *plurilinguismo interior*, isto é, em sua relação com a diversidade de uma mesma língua” (p. 182). O plurilinguismo exterior assume diversas formas: Canetti escreve em alemão; Becket, em inglês e em francês; *As flores do mal* contém um poema em latim; *A montanha mágica* foi escrita em alemão, “mas em um alemão rompido por esse parêntese de alteridade linguística

(o francês de uma personagem) que o impede de se fechar” (p. 183). Exemplos de plurilinguismo podem ser multiplicados facilmente, bastando lembrar os casos mais evidentes (como Guimarães Rosa), mas a tese vale para praticamente todos os autores (João Cabral, os concretistas, Machado de Assis) dos quais seria um equívoco dizer simplesmente que são exemplos de bom uso, ou mesmo de uso criativo do português. Querendo, pode-se chegar, evidentemente, a todos os autores para os quais a questão da língua foi de fato relevante.

Com o risco de remeter a uma categoria bastante discutível, mas intuitivamente relevante, pode-se dizer que a escolha de um código na interlíngua equivale ao que tradicionalmente se tratou como estilo, exceto pelo fato de que raramente foram considerados, sob esta rubrica, tantos fatores quanto os considerados aqui por Maingueneau, e, evidentemente, sem seu alcance no que se refere tanto ao campo quanto à posição assumida por um autor.

Talvez se possa dizer, indo talvez ao extremo, que ninguém se expressa em uma língua, *nunca*, mas sempre em um código selecionado na interlíngua. Mais que isso: a tese vale para autores (machadês, rosês...), mas também para campos (biológês, juridiquês...).

O conceito ajuda a deixar claras diversas coisas, entre as quais, que “frases” de escritores certamente não são as melhores ilustrações para conceitos gramaticais como concordância e regência, e mesmo para a dita norma culta (“Tinha uma pedra no meio do caminho”...). Outra questão que deveria esclarecer-se a partir desta é que as aulas de escrita e leitura para alunos de biologia, direito e engenharia, por exemplo, deveriam estar a cargo de biólogos, advogados e engenheiros... que soubessem ler e escrever. Uma língua não são os exemplos de gramática, afastados de seu contexto, para serem vistos apenas como manifestação ou exemplificação de regularidades. Falar e escrever é sempre mais do que produzir frases corretas.

Considere-se um exemplo exposto em Maingueneau (2020), a propósito de outro tópico. Tratando do ethos do autor e de personagens (na literatura), a certa altura diz ele que Zola, para resolver determinadas questões, entre as quais dar voz ao povo, vai preferir o discurso indireto livre ao discurso direto, porque permite dar a perceber (por meio do ritmo, do léxico, da sintaxe...) o ethos de um fiador operário, mas sem reproduzir fielmente os enunciado que seriam autenticamente “populares”.

Cita expressões populares que se mesclam com as do autor, um exemplo claro de código na interlíngua, isto é, de uma mistura de “níveis”. E afirma em seguida que “ethos é mais que linguagem, é uma maneira de ser” (p. 61-62), afirmação que vai ao encontro das teses sobre a estreita relação entre linguagem e subjetividade.

De certa forma é o que diz Agamben (2013) sobre o registro de Dante:

Vocês terão compreendido que me refiro à oralidade. A nossa literatura nasce em íntima relação com a oralidade. Porque o que faz Dante quando decide escrever na língua vulgar, senão justamente “escrever o que não foi jamais lido e ler o que não foi jamais escrito”, isto é, aquele “falar materno” analfabeto, que existia somente na dimensão oral? E tentar colocar por escrito o falar materno o obriga não simplesmente a transcrevê-lo, mas, como vocês sabem, a inventar aquela língua da poesia, aquela língua vulgar ilustre, que não existe em nenhuma parte, mas, como a pantera dos bestiários medievais, “espalha em toda parte o seu perfume, mas reside em lugar nenhum”.

Apesar de a formulação do conceito estar ligada basicamente ao discurso literário, Maingueneau o estendeu a outros domínios. De fato, o fenômeno pode ser verificado em muitos campos, se não em todos. Talvez os melhores exemplos sejam o campo jurídico e o científico. Mas creio que todos aqueles dos quais se fala de um jargão próprio são exemplos praticamente evidentes. Assim, deveria ser possível mostrar que não se trata apenas de um léxico especial ou específico, mas também de uma organização sintática e mesmo textual.

Além da literatura

A questão poderia ser encarada em relação a uma demanda que tem crescido, constituindo-se em fenômeno com diversas facetas. Trata-se de uma demanda por clareza, formulada de muitas maneiras, seja como proposta ou conjunto de regras (como escrever para um jornal), como crítica ao “palavreado” de certas áreas, seguida de propostas de como fugir desse suposto vício.

Os dados tratados em Pinker (2014) sugerem que é uma obra dirigida basicamente ao jornalismo de divulgação, embora seja aplicável a outros campos, fornece muitos exemplos de como tornar um texto mais “claro”. Forneço um, breve,

mas bem representativo: em vez de escrever “um painel sobre sexo com quatro professores”, sugere “painel com quatro professores sobre sexo”, que evitaria a leitura quase cômica segundo a qual o tema seria “sexo com quatro professores”. Há um movimento relativamente amplo chamado *plain language* (linguagem simples ou clara, em português), defendido em muitos setores, inclusive no Brasil², com grupos organizados, com algum amparo oficial, que defende uma linguagem simples. Dois campos em que esta “política” tem atraído defensores e praticantes são o direito e a farmacologia: as sentenças judiciais devem ser compreensíveis pelas partes de um processo e as bulas de remédio devem deixar de ser dirigidas apenas a médicos e farmacêuticos, sendo incompreensíveis para os consumidores dos remédios. Estes são os dois campos mais conhecidos em que ocorre atuação de profissionais que se especializam em linguagem simples³.

Este tipo de demanda genérica por clareza, frequentemente repetida, testemunha de certa forma o fato da interlíngua. Talvez se possa dizer que se pede menos “clareza” em literatura do que em outros campos, mas as adaptações não deixam de também testemunhar essa demanda (lembramos o grande debate sobre a adaptação de *O alienista*, cuja finalidade era tornar o conto machadiano legível aos jovens contemporâneos⁴).

Em seguida, depois destes breves comentários sobre a questão em outros campos além do literário, volto a Maingueneau para destacar sua abordagem de outro tipo de discurso, no caso, relatórios de organizações internacionais (Maingueneau 2006).

Segundo ele, estes relatórios se caracterizam por um certo ethos (um tom que o faz passar por desagradável, pesado (2006, p. 145). Evoca um mundo ético, comportamentos estereotipados associados às burocracias, materializado em um determinado “código linguageiro”, uma maneira específica de a ONU (no caso) investir na diversidade das línguas naturais (2006, p. 146). Afirma o autor que os “os

² Ver o portal Comunica Simples, por exemplo. Acessível em: www.comunicasimples.com.br.

³ Ver, por exemplo, <https://bit.ly/3hZohDL> e o Blog da Saúde, acessível em: <https://bit.ly/2YwZHST>.

⁴ Ver, entre outros, <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/05/A-polemica-sobre-a-versao-facilitada-de-Machado-de-Assis-4502832.html>.

relatórios não estão escritos nem em francês, nem em inglês, nem em nenhuma língua natural, e sim na convertibilidade generalizada dos diversos idiomas da humanidade”; isto é, “no código linguageiro da ONU” (2006, p. 147), eventualmente comparável ao registro de outros documentos “governamentais” e “burocráticos’.

As organizações (e outras instituições) apresentam-se como um mundo homogêneo, indiferente às variações étnicas, geográficas, e integralmente acessível aos especialistas; são propriedades de certa maneira materializadas nessa enunciação neutralizada (ibidem).

Vejam alguns exemplos de uma política na interlíngua, especificamente em favor da clareza. Digitando “linguagem clara” no Google, podem-se ver muitos textos que tratam da questão. Eles denotam a pretensão de intervir em todas as áreas, mas não deixa de ser significativo o discurso que sustenta que se trata de facilitar a vida dos cidadãos. No sítio virtual Comunica Simples⁵, pode-se ter acesso a produtos de uma empresa (oferece cursos) encabeçada por Heloísa Fischer (2017) que afirma, por exemplo, que essa linguagem é uma técnica e uma causa; que a linguagem deve ser mais fácil de entender, que assim se ganha tempo e dinheiro. E que é uma questão de transparência. Ainda no Google se encontram referências a documentos como uma *Cartilha de Redação Web* (2010)⁶ e o guia *Orientações para Adoção de Linguagem Clara* (2016)⁷.

É relativamente fácil encontrar artigos sobre análises de bulas de remédio, o que se deve ao fato de que o Ministério da Saúde definiu novas regras para elas. De acordo com uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, serão criados dois tipos de bula: uma para o profissional da saúde e outra para o usuário. Dentro de dois anos, as bulas de medicamentos no Brasil terão letras maiores e informações mais simples⁸.

Outro campo de militância por uma linguagem simples é o judiciário, como acima mencionado. Isso não significa, evidentemente, que a totalidade desse poder opera nessa direção. Pelo contrário, como se pode ver praticamente todos os dias.

⁵ Acessível em: <https://comunicasimples.com.br/sobre-nos>.

⁶ Acessível em <http://epwg.governoeletronico.gov.br/cartilha-redacao>.

⁷ Acessível em <https://bit.ly/2Nww79H>.

⁸ Ver <https://www.dci.com.br/industria/bula-de-remedio-tera-informac-es-simplificadas-1.17889>.

Mas há juízes engajados nessa política. Abaixo pode-se ver um trecho de uma sentença judicial cuja finalidade está clara no link em que se pode ler a matéria completa⁹, no qual se destaca “em linguagem coloquial para combater o juridiquês):

RELATÓRIO

O Juiz do Trabalho de Alvorada entendeu que o Sr Lucas tinha prestado trabalho por conta própria, em regime de empreitada, e que não foi empregado do Sr. Itamar. Negou todos os direitos que reclamava. O pedreiro Lucas não se conforma e recorre. E o reclamado, Sr. Itamar, com direito a se defender, diz que a sentença do Juiz está certa e quer que seja confirmada. O processo veio de Alvorada para Porto Alegre e me toca dizer quem está com a razão, depois de olhar novamente todas as provas. É o relatório.

Segue-se a sentença; mas esta amostra é suficiente, creio; chamo a atenção para expressões como “não se conforma e recorre”, “me toca dizer”, “depois de olhar todas as provas” etc. Compare-se com “Trata-se de agravo de instrumento retirado de decisão fls. 80/81, que **indeferiu o pedido liminar “inaudita altera pars”** em mandato de segurança que a “Associação (...) move contra (...) pretendendo que seja assegurado **aos substituídos** as garantias do devido processo legal...”; “Defiro a antecipação de tutela...”.

É apenas um exemplo, mas é sabido que há um movimento de juízes que defendem e aderem a esta causa. O contraste desses breve excertos mostram que o primeiro pode se compreendido por um leitor de jornal (digamos), enquanto que o segundo só o é por profissionais do campo jurídico.

Menciono a seguir dois casos mais ou menos marginais, isto é, não característicos de obras e não provindos de instituições, com o objetivo de mostrar como, mais frequentemente talvez do que se pensa, autores de todos os tipos selecionam registros que produzem efeitos específicos.

Elio Gaspari, um jornalista, costuma referir-se a burocratas de alto escalão que, a seu ver, cometem erros, como “çábios”. A escolha dessa grafia para designá-los

⁹ Ver <https://bit.ly/31l611r>.

produz o efeito de fazer com que a palavra que designaria pessoas competentes de fato refere pessoas incapazes (ou que fazem opções equivocadas).

Jô Soares, humorista reconhecido, publicou em jornal, em espaço destinado a colunistas, uma “carta aberta ao nosso Presidente da República Jair Bolsonaro” (FSP22/7/2019, p. A3), redigida em um francês “macarrônico”, que ecoa a fala de uma personagem de um de seus programas de humor que vivia exilado e que falava com pessoas no Brasil por telefone em um francês do mesmo estilo. O bordão mais conhecido era “je vive de bec”, suposta tradução de “vivo de bico”. Vejamos um trecho desta carta:

Monsieur le president: come je sé que, etant troglodite, vous parlé multilanges, je commence en françois, langue de la diplomacie mondiale pour que ningán duvide: parabiéns! Parabiéns! parabiéns! Quel idê genial de nomé votre fils Eduardô come ambassadeur! (...). Chanté le parabiéns, apagué les veles, comê le bolê!

Aqui o francês macarrônico é basicamente o português com acento na última sílaba das palavras e algumas expressões como “je sais” (grafada je sé) e “je commence”. Se tivéssemos acesso a este texto falado pelo autor / ator, provavelmente o reconheceríamos como um certo tipo de francês pela presença de diversos sons supostamente peculiares daquele língua.

O caso Manoel de Barros

Não há a menor pretensão, aqui, de recuperar a fortuna crítica de Manoel de Barros. Farei apenas rápidos comentários a alguns excertos encontrados na internet. Em sua biografia¹⁰, podem-se ler diversas apreciações mais ou menos consensuais (pude verificar isso lendo um conjunto de resumos de artigos, nos quais, evidentemente, não encontrei a palavra “interlíngua”). Por exemplo, que em sua poesia se encontram algumas construções próximas do primeiro vanguardismo

¹⁰ Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Manoel_de_Barros.

européu e da oralidade brasileira; que sua poesia cedo passa a ter como "plano de fundo" o pantanal, embora sua temática não se atenha ao paisagismo; que nesse **universo adâmico** em que os poemas se plasman, falando da natureza e do cotidiano, a linguagem poética procura transformar em tátil, olfativo, visual, gustativo e auditivo aquilo que é paradoxalmente abstrato; que Manoel de Barros sublinha a estreita dimensão dos seres humanos diante da natureza, diante da linguagem, diante do cosmos; que sua poesia dedica-se à **desautomatização do olhar** dos desatentos passantes frente ao universo; que outras características marcantes da poesia de Manoel de Barros são o uso de vocabulário coloquial-rural e de uma sintaxe que homenageia a oralidade, ampliando as possibilidades expressivas do léxico por meio da formação de palavras novas. Alguns o comparam com Guimarães Rosa, por esta característica.

Em texto que diz respeito a Manoel de Barros, publicado por Luana Perez para o Mundo Educação¹¹, lê-se, por exemplo, que em sua linguagem se pode observar uma **subversão da construção sintática**.

Destaquei em negrito algumas observações que me parecem aproximar-se da tese que vou propor, que, se razoável, permite uma caracterização explícita de umas das mais relevantes peculiaridades de sua linguagem poética.

A poesia de Manoel de Barros fala da natureza de uma forma muito característica. Não se trata de valorizá-la, embora também faça isso. Trata-se mais de celebrá-la, mas por meio de uma descrição peculiar de fenômenos ou de seres e de suas ações.

Minha tese é que sua poesia não opõe propriamente natureza a cultura ou civilização. O que ela faz é situar-se antes delas para poder ver o que elas impedem de ver.

O poeta diz frequentemente que aprende com ela. Assim, não é um retrato de paisagem, uma celebração de uma característica do país ou de uma região, por mais relevante que seja como demonstração da exuberância da natureza. Mais que isso, a natureza é fonte de sabedoria.

¹¹ Ver <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/literatura/manoel-barros.htm>.

Manoel de Barros não fala da natureza, simplesmente. Sua poesia inventa uma linguagem que se opõe, estruturalmente, à linguagem da cultura, e, portanto, a uma cultura. A linguagem de sua poesia se torna primitiva, como se fosse anterior à cultura, para mostrar que a natureza (as plantas, as águas, os bichos) antecede o homem. Por isso é que ele deveria aprender com eles; talvez igualar-se a eles. Não há críticas ao comportamento humano em sua relação à natureza, mas a celebração de uma relação que seria de outra ordem.

Sua poesia produz esse efeito por meio de uma estratégia sintática particular (entre outras, talvez), um dos tópicos que destaquei dos excertos críticos acima mencionados. Sua poesia não se caracteriza pelas conhecidas figuras de linguagem que tratam da natureza. Ele não metaforiza, não antropomorfiza para revelar o que é surpreendente nas coisas. Ele se vale de um recurso peculiar, que os gerativistas chamaram, antigamente, de “restrições de seleção”.

Tal como eles a apresentaram, a questão dizia respeito ao clássico problema da gramaticalidade. A tese significava que, para que uma sentença da língua faça sentido (para ser aceitável, gramatical), não basta que siga regras gramáticas (ordem, concordância, regência etc.). Ela também deve “respeitar” a cultura que essa língua expressa (daí ter sido qualificada de “sensível ao contexto”). O que as restrições de seleção destacavam era a necessidade de haver congruência semântica, ou seja, que as sentenças respeitassem a cultura correspondente a uma língua. Por exemplo, que uma sentença levasse em conta uma certa classificação dos “seres” que tornasse seus nomes compatíveis com os verbos numa sentença.

O primeiro exemplo nesta direção, que se tornou clássico, foi “Descoloridas ideias verdes dormem furiosamente”, sequência que segue todas as regras da sintaxe, mas desrespeita as relações semânticas: há uma contradição em uma coisa ser colorida e ser verde, ideias não aceitam predicções como “dormir” e dormir não aceita circunstanciais como “furiosamente”, segundo uma certa cultura, isto é, uma classificação das coisas do mundo e das ações ou que podem afetá-las.

Outro exemplo famoso considerou o verbo “perseguir”, que exige, segundo esta teoria, em uma língua como o inglês ou o português, que seu sujeito seja um agente “+animado”. Assim, seria agramatical uma sentença como *a alface perseguiu a vaca, porque “alface” não designa um “indivíduo” (ou uma espécie) animado e,

portanto, não pode ser sujeito de “perseguir”. Um exemplo de sentença perfeitamente gramatical é “O gato perseguiu o rato”, porque um gato pode perseguir, enquanto uma alface não pode fazê-lo. Da mesma forma, o verbo “comer” exige um “complemento” sólido, e, por isso, seria estranha uma sentença como * “Ele comeu uma cerveja”. Uma sentença gramatical com o verbo “comer” exige um objeto como “carne” ou “batata”; “cerveja”, em contrapartida, pode ser objeto de um verbo como “beber”.

Segundo visões de mundo semelhantes, certos objetos são contáveis, por exemplo, ou passíveis de cortes. Pode-se falar em “pedaços de queijo”, por exemplo, mas não em “pedaço de areia / de água”. E é por isso que uma afirmação como “no trem X os preços são absurdos; um pedaço de café custa 20 reais” só pode ser um chiste e precisa ser compreendido assim: o café é tão frio que parece gelo; e gelo pode ser partido em pedaços.

Não à toa, muitos consideraram “descoloridas ideias verdes dormem furiosamente” um candidato a ser um verso de um poema, ou seja, a representar a faceta poética da língua (sobre este tema, e de outro ponto de vista, ver Pêcheux e Gadet (2004, p. 153-161)).

Minha hipótese (à qual finalmente chego) é que, no que se refere à linguagem, a poesia de Manoel de Barros explora (e viola) mais as restrições de seleção do que qualquer outro aspecto da língua, embora haja versos como “É no ínfimo que eu vejo a exuberância”, que pode ser lido como uma afirmação quase banal (mas metafórica): a grandeza está nas coisas pequenas. Mas versos como

De noite o silêncio estica os lírios

Pensar que a gente cessa é íngreme

As árvores me começam

Escutei um perfume de sol nas águas

Sou um sujeito cheio de recantos / Os desvãos me constam

são mais comuns em sua poesia do que aqueles em que ocorrem construções inusitadas, mas gramaticalmente (semanticamente) conformes à cultura comumente aceita.

O que caracteriza os versos acima é que são construções que “violam” regras da cultura segundo a qual o silêncio não pode ser agente de “esticar”, lírios não podem ser objetos do mesmo verbo (não se esticam lírios), “íngreme” não é um predicado típico de “pensar X” (“deprimente” ou “triste” não seriam surpreendentes), um perfume não é audível, desvãos não constam, árvores não começam seres humanos etc.

Quem mais se aproximou de captar o que há de específico nesses versos foi Silva (2009), citando um poema de *O livro das ignoranças* (p. 15), em especial os versos

*O delírio do verbo estava no começo, La onde a
Criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não funciona
Para cor, mas para som.
Então a criança muda a função de um verbo, ele
delira.*

Esta passagem do poema mostra, aliás, que Manoel de Barros tem consciência deste “método” comum em sua poesia; embora se possa duvidar que esta seja uma propriedade característica ou muito comum da fala infantil.

De fato, não se dizem frases como “a pedra bebe carne” porque “beber” exige um sujeito animado (e pedra não é um) e “carne” não é um líquido. Nem dizemos que o sol tem um perfume ou que árvores nos começam. Só diríamos isso se seguíssemos regras como as da língua de Manoel de Barros. Isto é, se fôssemos poetas cuja obra se constrói com este tipo de língua.

Há outras do tipo “descoloridas ideias”, como as seguintes, que só menciono: *seu olho sujo de pedra; come ovo de carvalho; favos empedrados de madeira; no galho de uma estrela; racho com osso de fora; uma folha de assobiar; aqui apodrecem voos; a aba verde das horas; entender é parede; o lajedo interior do poema me urde; os espinhos da água etc.*

Esta tese simples sobre a poesia de Manoel de Barros pode ser comprovada em uma obra que contém muitas declarações sobre como deve ser a poesia e como deve ser nossa relação com a natureza. Em *Livro sobre nada*, o próprio poeta formula

princípios ou objetivos de sua poesia – uma teoria estética, “um posicionamento na interlíngua”, para empregar a expressão de Maingueneau.

Sua doutrina destaca a influência da natureza e a relação do poeta (do homem) com a natureza. O poema (será mesmo um poema?) “As lições de R. Q.”, por exemplo, diz

Arte não tem pensa: O olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê.

Podem parecer apenas versos como os outros. Mas eles são seguidos de

É preciso transver o mundo

que soa como um comando “poético” (é preciso) e como uma orientação para a relação do homem com a natureza, que deve ser feita com base na imaginação (em entrevistas, ele diz que se trata de memória; como se ele, de fato, tivesse visto as coisas assim, na infância, antes de serem organizadas numa cultura e expressas numa língua). E continua:

É preciso desformar o mundo

Tirar da natureza as naturalidades

Fazer cavalo verde, por exemplo.

Regras deste tipo foram seguidas por ele, já que sua linguagem (a relação que propõe entre sintaxe e semântica) é do tipo que “desforma” o mundo.

O mundo é “naturalizado” pela cultura que se expressa na língua. O que a poesia de Barros propõe é voltar ao antes. O “anterior” se expressa em uma linguagem que não segue as regras impostas a uma língua que já expressa uma cultura. Por isso, diz ele, “não gosto de palavra acostuada”. Este me parece ser o resumo de sua doutrina e também a chave de sua prática poética.

Conclusão

Em alguns casos, é relativamente fácil distinguir registros, mesmo que não seja tão fácil descrevê-los. Em geral, destacam-se determinados procedimentos (a inventividade morfológica de Guimarães Rosa, por exemplo, e seu apelo a regionalismos e arcaísmos). Em outros, uma caracterização objetiva é menos fácil, embora não deva ser complicado caracterizar jargões, seja o jurídico, seja o científico (nomeadamente se se destacar o léxico).

O que parece evidente é que rejeitar que se trate simplesmente de uma língua ou de uma de suas modalidades (oral, escrita, formal, informal etc.) é muito pouco. Assim, a postulação de uma interlíngua e dos códigos ou registros parece ser facilmente sustentável, assim como sua descrição e a análise de seus efeitos (éticos, estéticos etc.) soam como tarefas de interesse por diversas razões. Especialmente porque põem em xeque a tese de que as gramáticas normativas se baseiam nos melhores escritores e pela consideração comumente apenas marginal dos jargões.

Referências

AGAMBEN, G. Sobre a dificuldade de ler. In: *Revista Cult*, ed. 180, 2013, s.p.. Disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/sobre-a-dificuldade-de-ler/?fbclid=IwAR20v3iP_5THqZw8YbcfKiUBq1ELmuASRh6xpg37XAgWUk13W6fTKWbV4oA. Acesso em 5 jun. 2020.

AMORIM, C. M. da S; ROCHA, L. H. P. da; COSTA, M. J. A linguagem da bula: um estudo de estruturas linguísticas do gênero. *Revista Letrônica*, v. 8, n. 2, p. 467-479, jul.-dez. 2015. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/20401/1385z8>. Acesso em 5 jun. 2020.

FISCHER, H. *Clareza em textos de e-gov: uma questão de cidadania*. Rio de Janeiro: Com Clareza, 2018.

GADET, F; PECHEUX, M. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995 [1993].

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Editora Contexto. 2005 [2006].

MAINGUENEAU, D. O discurso das organizações internacionais: um discurso constituinte? In: POSSENTI, Sirio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de. (orgs.). *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola. 2006 [2008], p. 137–150.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

PINKER, S. *The Sense of Style: The Thinking Person's Guide to Writing in the 21st Century*. New York: Viking, 2014. Print.

SILVA, C. S. Manoel de Barros: sem margem com as palavras. In: *Fragmentos de Cultura*. Goiânia: v. 19, n. 7/8, p. 541-550, jul./ago. 2009, Acessível em www.seer.pucgoias.edu.br/fragmentos/article/viewFile. Acesso em 5 jun. 2020.